



2023/2182(DEC)

13.11.2023

PROJETO DE PARECER

da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais

dirigido à Comissão do Controlo Orçamental

sobre a quitação pela execução do orçamento das agências para o exercício de 2022: desempenho, gestão financeira e controlo (2023/2182(DEC))

Relatora de parecer: Romana Tomc

PA_NonLeg

SUGESTÕES

A Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais insta a Comissão do Controlo Orçamental, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar as seguintes sugestões na proposta de resolução que aprovar:

- Atendendo ao relatório anual do Tribunal de Contas Europeu sobre a execução do orçamento da UE relativo ao exercício de 2022;
 - Atendendo ao relatório anual do Tribunal de Contas Europeu sobre as agências da UE relativo ao exercício de 2022;
1. Salienta o papel precioso desempenhado pelas agências da União na ajuda à conceção e execução das políticas pelas instituições da União, especialmente através da execução de tarefas técnicas, científicas, operacionais e de gestão específicas; valoriza os conhecimentos especializados e o trabalho de elevada qualidade do Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (Cedefop), da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho (Eurofound), da Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho (EU-OSHA), da Fundação Europeia para a Formação (ETF) e da Autoridade Europeia do Trabalho (AET), as agências ativas no domínio do emprego, dos assuntos sociais e da inclusão; reitera, a esse respeito, a necessidade de equipar as agências a um nível proporcional às tarefas atribuídas, com um número suficiente de efetivos com contratos estáveis e com recursos materiais suficientes; salienta, por conseguinte, a necessidade de assegurar recursos humanos e financeiros adequados que lhes permitam continuar a executar os seus programas de trabalho com uma taxa muito elevada de conclusão das atividades; sublinha a importância e o valor acrescentado de cada agência no seu domínio de especialização, bem como da sua autonomia; reafirma que o bom funcionamento das agências também exige um diálogo social de elevada qualidade;
 2. Congratula-se com o facto de, no seu relatório anual sobre as agências da União relativo ao exercício de 2022, o Tribunal de Contas Europeu ter emitido opiniões de auditoria sem reservas sobre a fiabilidade das contas de todas as agências; observa que o Tribunal emitiu opiniões de auditoria sem reservas sobre a legalidade e a regularidade das receitas subjacentes às contas de todas as agências; regista, além disso, que o Tribunal emitiu opiniões de auditoria sem reservas sobre a legalidade e a regularidade dos pagamentos subjacentes às contas das agências da área do emprego, dos assuntos sociais e da inclusão;
 3. Recorda que a troca de pontos de vista anual sobre os programas de trabalho anuais e as estratégias plurianuais das agências na Comissão EMPL é fundamental para assegurar que os programas e as estratégias estejam alinhados com as verdadeiras prioridades políticas, especialmente no contexto da aplicação dos princípios consagrados no Pilar Europeu dos Direitos Sociais e para a concretização dos objetivos do Porto;
 4. Congratula-se com o facto de, na sequência de uma decisão formal do Conselho de Administração da Eurofound, os diretores-executivos da ETF, da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA) e do Instituto Europeu para a Igualdade de Género (EIGE) terem participado pessoalmente ou terem estado representados na

reunião do Conselho de Administração pela primeira vez, juntando-se assim a colegas da EU-OSHA e do Cedefop, que já tinham participado em reuniões anteriores; observa que essa participação está em consonância com o reforço da cooperação previsto no documento de trabalho dos serviços da Comissão de 2019 sobre a avaliação das agências da UE que trabalham no domínio da política de emprego e dos assuntos sociais;

5. Lembra que as agências estão mais qualificadas para avaliar a utilização dos recursos e desempenham um papel crucial no apoio aos projetos sustentáveis adequados em conformidade com o Pacto Ecológico Europeu; insta a Comissão a assegurar financiamento para ajudar as agências da UE a garantir o diálogo social; observa que as agências da UE desempenham um papel fundamental na garantia do diálogo social com as instituições da UE;
6. Realça que a transparência e a sensibilização dos cidadãos para a existência das agências são essenciais para a sua responsabilização democrática;
7. Assinala que foi feita uma observação ao Cedefop sobre a legalidade e regularidade das operações e outra sobre a gestão orçamental; regista que foram feitas duas observações sobre a legalidade e regularidade das operações, três observações sobre os sistemas de gestão e controlo e duas observações sobre a gestão orçamental à AET, duas observações sobre a legalidade e regularidade das operações à ETF, uma observação relacionada com a gestão orçamental à EU-OSHA, e duas observações relativas aos sistemas de gestão e de controlo à Eurofound; insta as agências da UE a tomarem as medidas necessárias para dar resposta às observações e a melhorarem os seus procedimentos internos para assegurar o cumprimento das regras aplicáveis;
8. Congratula-se com as medidas corretivas tomadas pelas agências para dar resposta às observações do Tribunal relacionadas com a execução do orçamento para o exercício de 2021, e insta as agências a concluírem as ações identificadas que permanecem pendentes;
9. Recorda que o equilíbrio de género deve ser assegurado nas agências, em conformidade com os regulamentos de base que as estabelecem; lamenta que a igualdade de género não conste da estratégia plurianual 2021-2027 para a Rede de Agências da UE (EUAN); reitera o seu pedido à EUAN para que integre a igualdade de género nas suas estratégias e convida as agências a recolher e a apresentar dados sobre o equilíbrio de género para todas as categorias do pessoal de gestão, bem como a alinhar a sua ambição com o objetivo da Comissão de alcançar um equilíbrio de género de 50 % a todos os níveis da sua gestão até ao final de 2024 e a prosseguir a integração da perspectiva de género em todos os domínios.